

Política de Segurança Cibernética – Versão Pública

A Cooperativa, por meio desta política, reafirma seu compromisso com a proteção dos ativos de informação, dos sistemas tecnológicos e dos dados de seus cooperados, parceiros e colaboradores. O principal objetivo é assegurar elevados padrões de confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência operacional, promovendo um ambiente digital seguro, confiável e em conformidade com as exigências normativas e boas práticas de mercado.

A segurança da informação na Cooperativa é norteada por quatro princípios fundamentais. A confidencialidade busca impedir o acesso ou uso indevido das informações; a integridade assegura que os dados permaneçam precisos, consistentes e livres de alterações não autorizadas; a disponibilidade garante que os sistemas e informações estejam acessíveis sempre que necessário; e a conformidade assegura que todos os procedimentos estejam alinhados à legislação vigente e aos padrões reconhecidos. Esta política está fundamentada na Resolução CMN nº 4.893/2021, bem como em referências internacionais, como as normas ISO/IEC 27001, voltada à gestão da segurança da informação, e ISO/IEC 27035, que trata da resposta a incidentes cibernéticos.

A governança da segurança cibernética da Cooperativa é conduzida por uma estrutura bem definida. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela aprovação e supervisão das diretrizes desta política. A Diretoria Executiva é incumbida de implementar, acompanhar e revisar os controles de segurança. A gestão técnica é delegada ao Responsável pela Segurança Cibernética (RSC), profissional designado com autonomia para coordenar as atividades de proteção, prevenção e resposta a riscos cibernéticos, zelando pela efetividade dos mecanismos instituídos.

No tocante às diretrizes operacionais, a Cooperativa adota práticas preventivas, detectivas e corretivas em todos os seus processos digitais. Dentre as principais medidas estão o controle rigoroso de acessos físicos e lógicos, com autenticação forte e gestão de privilégios; o monitoramento contínuo de sistemas e redes com ferramentas de análise de vulnerabilidades; a realização periódica de backup e manutenção de plano de recuperação de dados; a inclusão de cláusulas de segurança nas contratações com terceiros; e a exigência de requisitos técnicos para aquisição e desenvolvimento seguro de softwares e sistemas internos.

Para viabilizar uma resposta eficiente a eventos cibernéticos, a Cooperativa mantém canal oficial e seguro para o reporte de incidentes, acessível a colaboradores, prestadores de serviços e partes interessadas. Toda comunicação é tratada com confidencialidade e celeridade, seguindo protocolos internos que incluem análise técnica, contenção, notificação aos órgãos competentes (quando aplicável) e ações corretivas. O canal também contribui para o fortalecimento da cultura de segurança organizacional.

A melhoria contínua é um compromisso institucional. A política de segurança cibernética é revisada regularmente, considerando os avanços tecnológicos, as alterações no ambiente regulatório e a evolução das ameaças digitais. A Cooperativa desenvolve programas de conscientização e capacitação voltados à segurança da informação, além de executar testes periódicos de recuperação e simulações de resposta a incidentes, assegurando a prontidão das equipes e a eficácia dos controles.

Esta versão pública da Política de Segurança Cibernética tem caráter institucional e visa demonstrar aos cooperados, parceiros e à sociedade o comprometimento da Cooperativa com a segurança da informação. A versão integral da política, contendo os procedimentos operacionais, planos de resposta, testes e controles internos, é de uso restrito e encontra-se disponível às autoridades reguladoras e auditorias mediante solicitação formal.